

## **HUMILHAÇÃO E VERGONHA NA PRÁTICA DOCENTE: AS PERCEPÇÕES E OS SENTIDOS DOS PROFESSORES ATRIBUÍDOS AO FENÔMENO**

Jéssica David Mendonça<sup>1</sup>  
Neide Brito Carbelim<sup>2</sup>  
Jorge Antônio Vieira<sup>3</sup>

MENDONÇA, J. D.; CARBELIM, N. B.; VIEIRA, J. A. Humilhação e vergonha na prática docente: as percepções e os sentidos dos professores atribuídos ao fenômeno. **EDUCERE** - Revista da Educação, Umuarama, v. 12, n. 2, p. 157-182, jul./dez. 2012.

**RESUMO:** Esse trabalho objetiva discorrer as percepções dos professores sobre a prática de humilhação e vergonha nas relações pedagógicas, considerando a humilhação como rebaixamento da honra, e a vergonha como sentimento gerado diante da exposição ao olhar legitimado. A pesquisa foi realizada com professores da rede pública de ensino e os resultados apresentados em duas categorias. A primeira refere-se à humilhação, analisando as justificativas empregadas pelos docentes para a prática desse comportamento, considerando o rebaixamento do outro e abordando as relações de poder e o lugar do aluno na escola. A segunda discorre sobre a vergonha como consequência da humilhação, relacionando suas práticas com a moralidade, a honra e a ética docente. Por fim, nessa pesquisa pôde-se perceber que as escolas permanecem hierarquizadas, prevalecendo a centralidade da autoridade do professor e aponta as dificuldades de se compreender qual é o lugar que o aluno ocupa na escola.

**PALAVRAS-CHAVE:** Humilhação, Vergonha, Relação professor-aluno, Ética docente.

---

<sup>1</sup>Acadêmica do Curso de Psicologia (UNIPAR). Endereço: Rua Arapongas, 4143, Umuarama – PR, CEP: 87805-180. E-mail: jessica.david.m@hotmail.com

<sup>2</sup>Acadêmica do Curso de Psicologia (UNIPAR). Endereço: Av. Angêlo Moreira da Fonseca, 5222, zona Armazém, Umuarama – PR, CEP: 87504-050. E-mail: neidecbrito@yahoo.com.br

<sup>3</sup>Discente do Curso de Psicologia, Dr. Professor titular (UNIPAR). Umuarama – PR  
E-mail: jvieira@unipar.br

## **HUMILIATION AND SHAME IN THE TEACHING PRACTICE: THE TEACHER'S PERCEPTIONS AND SENSES ASSIGNED TO THE PHENOMENON**

**ABSTRACT:** This paper aims to discuss the perceptions of teachers about the practice of humiliation and shame in pedagogical relationships. Considering humiliation as an abasement of honor and shame as the feeling generated in face of the exposure to legitimate looks, it seeks to discuss the meanings given to them by teachers. The research was performed with teachers from the public school system and the results were presented in two categories. The first refers to humiliation, analyzing the justifications used by teachers to justify it, considering the demotion of others and addressing the power relationships and the place of the student at school. The second addresses shame as the consequence of humiliation, relating its practices to the teacher's morality, honor and ethics. Finally, this paper could notice that schools remain hierarchical, and the centrality of the teacher supersedes, pointing out the difficulties in understanding what is the place of the student at school.

**KEYWORDS:** Humiliation, Shame, Teacher-student relationship, Teaching ethics.

## **HUMILLACIÓN Y VERGÜENZA EN LA PRÁCTICA DOCENTE: LAS PERCEPCIONES Y LOS SENTIDOS DE LOS MAESTROS ASIGNADOS AL FENÓMENO**

**RESUMEN:** Ese estudio busca discurrir las percepciones de profesores sobre la práctica de humillación y vergüenza en las relaciones pedagógicas, considerando la humillación como degradación del honor, y la vergüenza como sentimiento generado delante de la exposición a la mirada legitimada. La investigación se llevó a cabo con profesores de la red pública de enseñanza y los resultados presentados en dos categorías. La primera se refiere a la humillación, analizando las justificativas empleadas por los docentes para la práctica de ese comportamiento, considerando el descenso del otro y abordando las relaciones de poder y el lugar del alumno en la escuela. La segunda habla sobre la vergüenza como consecuencia de la humillación, relacionando sus prácticas con la moralidad, el honor

y la ética docente. Por último, en esa investigación se puede percibir que las escuelas siguen siendo jerarquizadas, prevaleciendo la centralidad de la autoridad del maestro y apunta las dificultades de comprender cuál es el lugar que el estudiante ocupa en la escuela.

**PALABRAS CLAVE:** Humillación, Vergüenza, Relación profesor y alumno, Ética docente.

---

## Introdução

Este artigo é um estudo que tem por objetivo, não apenas discorrer sobre o sentido ou a definição de humilhação e vergonha, mas compreender a sua significação nas práticas pedagógicas e as percepções desse fenômeno na constituição da honra e da moral do sujeito.

Pesquisas apontam que o uso de práticas de humilhação ainda são presentes em sala de aula e que, no entanto, nem sempre são percebidas como tais para os agressores ou humilhadores (ALENCAR; LA TAILLE, 2007; LA TAILLE, 1996; ARAÚJO, 2001; 2003; COLETA; MIRANDA, 2003).

Porém, esses estudos foram realizados a partir do ponto de vista dos humilhados, ou seja, os alunos. Em nosso estudo buscamos investigar o fenômeno da vergonha e humilhação, considerando as opiniões dos professores e, assim, propusemos uma discussão e uma reflexão acerca dos sentidos atribuídos à prática como tática educacional.

Como método de pesquisa, aplicamos entrevistas semiestruturadas, com intuito de elencar as opiniões dos docentes frente ao tema da pesquisa. Foram aplicadas a cinco docentes da rede pública de ensino, denominados ficticiamente de *Cornélio*, *Inês*, *Jefferson*, *Mariana* e *Tadeu*, todos atuantes no ensino médio. Realizamos análise de discurso, buscando considerar os sentidos produzidos pelos sujeitos por meio de suas falas.

Segundo La Taille (1996), a humilhação consiste em gerar no outro o sentimento de inferioridade, rebaixamento moral e rebaixamento da honra, resultado de uma vontade de ser superior ao outro. Esse tipo de intenção pode gerar danos no sujeito humilhado, podendo causar impacto no equilíbrio psicológico de quem é inferiorizado, podendo gerar o sentimento de vergonha no outro, pois quando o sujeito se sente inferiorizado,

tende a envergonhar-se.

De acordo com Araújo (2003), a vergonha surge a partir do olhar do outro, pode se relacionar à exibição da visão de outrem, como uma exposição pública ou vinculada à moralidade, como a humilhação que gera sentimento de inferioridade. Segundo Harkot-de-La-Taille (1996 apud ARAÚJO, 2003), diz que a vergonha ocorre na presença de dois sentimentos: inferioridade e exposição. A primeira pode ser causada pelo rebaixamento e imagem negativa de si, humilhação e desonra; já a segunda ocorre quando o sujeito é visto por alguém que ele valoriza.

Fazendo eco a Alencar e La Taille (2007), atualmente a humilhação ainda se faz presente nas escolas, e em sua maioria não é divulgada. Notícias vinculadas ao termo humilhação, no sentido moral, são escassas, é mais comum encontrar relatos, por exemplo, de times de futebol que tiveram uma derrota humilhante.

Os autores consideram que a humilhação não se torna pública devido a vontade da vítima de esconder seu sofrimento, ou dificuldade de comprovação da prática, além da indiferença do público que assiste ao ato, pois quando a humilhação não é condenada, ela é considerada merecida por quem a sofreu, facilitando assim, a justificativa da prática.

Considerando esses dados, apontamos a importância do tema a ser pesquisado, visto que esse tipo de prática, mesmo sendo prejudicial, ainda se faz presente no meio escolar. Compreendemos que essa pode ser uma prática, em que “os fins justificam os meios”, pois como citado acima, muitos não condenam, pois a vítima “fez por merecer” o rebaixamento recebido.

### **a) Humilhação: justificativas da prática, rebaixamento do outro, relações de poder e o lugar do aluno na escola.**

Estudos apontam que professores ainda utilizam de humilhação e vergonha, como método pedagógico, principalmente frente ao que esses educadores julgam como indisciplina escolar. Os autores Alencar e La Taille (2007), dizem que violência faz parte da constituição histórica das escolas, realizadas através de castigos físicos e afrontas verbais. Atualmente, de acordo com os autores, a violência física não é mais aplicada; porém a humilhação verbal pode ser encontrada como método pedagógi-

co, para alguns educadores e instituições, com o objetivo de correção ou de melhoramento pessoal dos alunos. Nas entrevistas, questionamos os professores sobre a *prática de humilhação* como método pedagógico e os docentes se posicionaram, afirmando que:

Eu acredito assim, que nós temos gerações de professores, igual assim, a minha geração tá muito próxima do que é o trabalho do ensino médio, então eu acho que isso facilita muito o meu trabalho [...] os nossos professores da... da geração antiga não está preparado pra isso, e muitos casos ele se porta, digamos assim [humilhando]. Mas acho que essa [nova] geração, ela já entende um pouco mais (Mariana).

Nesse aspecto, o fenômeno da humilhação é apontado como prática em desuso, pelos professores com formação recente, mas é enfatizado que professores mais antigos ainda a utilizam, por falta de preparação para lidar com os *novos alunos*.

De acordo com Koehler (2004), em pesquisa com alunos do ensino fundamental, aponta que faixa etária, dos considerados “piores” professores pelos alunos, possui mais de 36 anos. Huberman (1992 apud KOEHLER, 2004) aponta que entre 35 aos 50 anos de idade, os professores encontram-se no período mais estressante de sua profissão; além disso, percebe-se um desinvestimento na mesma, “[...] os conflitos interpessoais, o mau relacionamento com os colegas, a exaustão emocional, as frustrações com a profissão, desencadeiam manifestações negativas para com as pessoas no trabalho [...]” (KOEHLER, 2004, p. 9).

Dessa forma, considerando-se o desinvestimento na carreira e as mudanças dos alunos (como será visto mais adiante), para um professor da geração antiga, a prática de humilhação pode se tornar mais eficaz para domínio de sala, pois como dito pelo professor Jefferson “[...] às vezes, o professor usa do medo do aluno, para que ele não reclame do educador”.

Nesse sentido, destaca-se a *conduta do professor* e o uso do *medo do aluno*. Quanto ao primeiro, pode se dizer que, o docente faz uso do currículo oculto, onde os valores, as condutas e experiência não constam no currículo oficial. Ou seja, no “papel” a pessoa é um bom profissional, mas no dia a dia, as posturas tomadas em sala de aula não condizem com as constatadas na ficha do mesmo, pois se leva em consideração a aqui-

sição de experiência cotidiana em sala de aula (CANDAU, 1997 apud KOEHLER, 2005).

E assim, muitas vezes, para manter o domínio em sala de aula, o professor faz uso do *medo do aluno*. Santos (2007), diz que alguns professores para manter os alunos em silêncio, por exemplo, pedem a eles que façam exercícios repetitivos e os *alunos com medo* de ficar com nota baixa, o fazem. Em um estudo sobre avaliação escolar, Cortese (2006) percebeu que os alunos possuem medo de se expor, ou seja, tem medo de que os outros alunos os julguem como incapazes, como alguém que não sabe, ou não consegue aprender. “[...] *aluno que talvez tenha medo de expor um conteúdo, quando a gente pede para ele fazer ‘tal coisa’ ele fala ‘não vou fazer’, talvez não é que ele não saiba, mas está com medo e vergonha de fazer aquilo lá perante os outros alunos*” (Cornélio).

Dessa forma, em relação ao *medo do aluno*, destacam-se dois pontos: a) *medo da avaliação do professor*; b) *medo do olhar alheio*. Quanto ao ponto A, Piaget (1994 apud ANDRADE, 2006), diz que quando a criança tem medo da punição, gera-se um respeito à autoridade imposta. Nesse sentido, o professor ao fazer uma ameaça, de diminuir a nota do aluno, por exemplo, ele faz uso do respeito unilateral, como afirma o autor.

O autor segue dizendo que, quando se há respeito mútuo, há uma relação de igualdade entre os indivíduos, o medo deixa de existir frente a uma punição, e passa a ter um caráter moral, ou seja, medo de ser rebaixado perante os olhos do outros. É nesse parâmetro que o ponto B se estabelece, pois sentir medo de se expor perante os outros alunos, gera o sentimento de não querer se sentir inferiorizado frente à pessoa respeitada, em outras palavras, o aluno sente medo de sentir vergonha.

Sendo assim, muitos professores têm como técnica a prática de humilhação, pois conhecem o medo do aluno de se expor, de sentir vergonha, de ser humilhado, e esse medo faz com que alunos evitem comportamentos contrários aos valores morais (ARAÚJO, 2001).

Porém, frente ao uso da humilhação como prática em desuso por professores em início de carreira, entra em contradição, quando um professor afirma que: “[...] *Às vezes quando eu tenho, eu faço essa prática [...] por exemplo, os meus professores me educaram dessa forma, [...] e por mais que a gente tente mudar algumas coisas, a gente acaba repro-*

*duzindo [...] o comportamento dos professores antigos com os nossos alunos [...]” (Tadeu). Sendo assim, as práticas de humilhação ainda estão presentes nas escolas, mesmo em professores de formação recente, o que coloca em paradoxo a fala da professora Mariana, principalmente, quando diz: “Bem, eu não conheço casos de professores que humilha aluno [atualmente] [...]” (sic).*

A prática de humilhação de alunos pode ser confirmada por Coleta e Miranda (2003), que em uma pesquisa com discentes de Instituições de Ensino Superior, foram recolhidos relatos de humilhação e constrangimento sofridos por alunos, causados por professores, sendo que a maioria dos casos relatados são agressões verbais. E segundo Prata (2005), os professores muitas vezes se detêm aos valores em que foram educados e, dessa forma usa como método o modelo da época em que estudaram.

A prática da humilhação, relatada pelo professor Tadeu, foi exemplificada a partir de como ele se porta durante a exposição do conteúdo de sua disciplina. Ele cita que “*Na minha aula se não estiver (sic) esse silêncio eu não consigo dar aula*”. Sendo assim, para o docente Tadeu, quando:

[...] o aluno está conversando, ou quando o aluno não está respeitando, o meu trato com ele não é um trato muito... é... vamos dizer, simpático [...] sou bem rígido e às vezes ríspido demais nesse trato com o aluno [...] às vezes a minha rigidez ela... acaba... de certo modo, falando em termos de poder vulgotiano (sic.), vou diminuindo o lugar do aluno [...].

A partir da fala do sujeito destacam-se três questões a serem analisadas: a) *diminuir o lugar do aluno*; b) o termo *poder*; c) e qual o *lugar do aluno* na sala de aula. Fazendo nota ao respeito, que também é enfatizado pelo sujeito, percebe-se nessa fala o uso do respeito unilateral, ou seja, o aluno deve respeitar o professor fazendo silêncio, caso isso não ocorra, há uma prática por parte do professor de humilhar para obter o silêncio.

Tratando-se da primeira questão, alguns autores dizem que comportamentos com intuito de *diminuir o outro*, caracterizado pelo ataque à integridade psíquica dos sujeitos, podem ser definidos como assédio moral (COLETA; MIRANDA, 2003; GUIMARÃES; FARIA; FERREI-

RA, 2010).

O assédio moral é considerado uma “[...] conduta abusiva que se manifesta notadamente por comportamentos, palavras, atos, gestos, que podem causar danos à personalidade, à dignidade ou à integridade física ou psíquica [...]” (HIRIGOYEN, 1998 apud FREITAS, 2001, p. 41).

Segundo Coleta e Miranda (2003), o assédio moral, praticado por professores, existe nas instituições de ensino e as situações constrangedoras/humilhantes são eventos marcantes na vida do indivíduo. Além disso, Guimarães, Faria e Ferreira (2010), destacam que o assédio moral é uma demonstração exacerbada de autoritarismo na relação professor aluno. “[...] o professor [que] excedeu a sua autoridade [...] passou a ser mais que autoridade, passou a ser uma postura de autoritarismo, de humilhação, de vergonha [...]” (Tadeu).

Visto que o diminuir o outro na relação professor-aluno, pode ser caracterizado pelo assédio moral, expressado pelo autoritarismo (COLETA; MIRANDA, 2003; FREITAS, 2001; GUIMARÃES; FARIA; FERREIRA, 2010), abre-se espaço para a análise sobre o *poder* na relação professor-aluno. Segundo Prata (2005) e Tragtenberg (1985), as práticas adotadas nas escolas são heranças das sociedades disciplinares, vinculando o poder e o saber.

Para Tragtenberg (1985), as escolas têm o poder de definir as diferenças entre alunos, apontando condutas adequadas e também pode separá-los por séries. Já o professor tem o poder de avaliação, aplicando provas para elevar a série do aluno ou mantê-lo na mesma.

Segundo Moscovici (2000), no desenvolvimento de relações interpessoais caracterizadas pela influência social, surge o conceito de liderança e poder, embora esse último não seja expresso formalmente. O mesmo autor segue dizendo que por meio do poder, se tem a capacidade de influenciar outras pessoas, modificando e/ou manipulando comportamentos; sendo assim, pode-se influenciar socialmente, e os próprios influenciados atribuem ao influenciador este poder. Para o autor, há seis bases de poder, porém será destacado nesta pesquisa apenas o poder que se julga caracterizar a relação professor-aluno, sendo eles a) poder legítimo; b) poder de coerção; c) poder de conhecimento.

De acordo com Moscovici (2000), o poder legítimo é caracterizado pela autoridade, é concedido ao indivíduo por uma entidade formal,

estabelecendo-se como componente de uma organização hierárquica dos grupos sociais formais. Já o poder de coerção, segundo o autor, evidencia-se pela aplicação/ameaças de punição. E o poder de conhecimento é reconhecido nos processo de aprendizagem, em que uma pessoa possui ascendência em certo campo/assunto, e suas opiniões são acatadas.

Segundo Tragtenberg (1985), nas escolas, as salas de aulas são dispostas de forma que os alunos são postos enfileirados sentados em suas carteiras, enquanto o professor fica acima em seu tablado, ensinando os ouvintes, observando e avaliando seus alunos, anotando seus comportamentos e punindo atos; e assim, a instituição escolar reconhece o poder de punir e o mesmo passa a ser visto como normal e como forma de relacionamento docente.

Podemos compreender que na organização escolar, o professor tem o poder de conhecimento, que é passado aos alunos e, ao exercer a autoridade que lhe é concedida pela instituição em que trabalha, tem como adicional o poder de coerção, visto que a própria organização reconhece a punição como atribuição do relacionamento professor-aluno. Sendo assim, os professores por meio do seu poder de avaliar, podem punir os comportamentos que considerem inadequados, sem que sejam repreendidos por isso.

Os autores Alencar e La Taille (2007), em seus estudos sobre humilhação, citaram uma pesquisa com estudantes de 6 a 12 anos, que foram questionados quanto a forma de punição, que para eles, era considerada pior: A) ficar sem recreio, ou B) confessar um delito publicamente.

Baseando nesta pesquisa, durante as entrevistas aos professores, perguntamos quais dessas situações, diante de um delito, ou seja, diante de uma transgressão moral ou de preceito preestabelecido, os docentes consideravam mais humilhantes:

Não, não acho humilhante, acho coercitiva. [...] ficar sem o intervalo eu acho que não vai ter função, mas assim, eu não sei se essa é a palavra, mas a confissão pública ela surte mais efeito. [...] mas, isso para mim não é uma humilhação, se ele não tivesse cometido o ato [...] não teria sido advertido, não teria sido punido, não teria que confessar nada [...] a punição que ele recebe não é uma humilhação, é uma punição necessária, coercitiva, e como eu disse, moral. (Tadeu).

Segundo Alencar e La Taille (2007), a humilhação, muitas vezes, não é condenada, pois é tida como uma prática merecida. Para Guareschi (1996) as relações podem ser diferentes e contraditórias em qualquer ocasião; sobre o poder, o autor diz que é uma capacidade para exercer uma ação e assim, todas as pessoas possuem um poder, desde que possam executar uma ação. O autor diz ainda que quando uma determinada pessoa se apropria dessa capacidade, surge uma relação de dominação, ou seja, onde uma, toma posse do poder dos demais, estabelecendo uma relação de desigualdade.

Nas escolas é evidente a relação de dominação, visto o poder hierárquico atribuído ao professor, podemos exemplificar essa relação a partir de algumas falas dos entrevistados:

[...] Porque eles [alunos] podem até fazer uma brincadeira contigo [professor], e daí você expõe até o seu limite e diz [...] o que é liberdade, até que ponto vai a liberdade deles, então partindo disso [...] você vai colocando limites [...] Então, eu ali, eu deixo eles ir até um limite, se for para eles memorizarem, em forma de brincadeira, ótimo [...] [mas] Eles sempre tem que entender que eles são adolescentes, e que, quem é a autoridade ali, sou eu [...] (Mariana).

Diante dessa fala, percebe-se a imposição da autoridade, não há uso de coerção, mas está explícito que não há igualdade entre as partes, ou seja, é mostrado dentro de sala de aula quem possui o poder; nesse caso, uma das multidireções utilizadas diante do poder do conhecimento, pela docente, é através da brincadeira, mas uma brincadeira que tem um limite estabelecido e, sendo assim, a brincadeira pode ser utilizada como macete para o conteúdo, mas que não pode ultrapassar a barreira de quem ensina e de quem é ensinado.

[...] Eu faço a nota no meu livro de registro e levo para a coordenação [...] corrigindo essas crianças para que então o professor possa fazer o seu trabalho corretamente [...] a minha postura é de colocar cada um no seu lugar, fazer com que eles respeitem os colegas, quando acontece alguma coisa errada eu faço pedir perdão para o colega [...] porque dessa forma você vai fazendo com que os outros também aprendam (Jefferson).

Aqui, se percebe o exercício da autoridade junto com a coerção, pois o professor deixa clara a prática de punição, ou seja, encaminhar para direção e fazer os alunos se perdoarem. Ainda deixa claro ao restante da turma que aquela é a maneira correta de agir, sendo assim ele influencia os alunos a agirem do modo que considera correto.

Não podemos dizer que nessas falas existe a prática da humilhação, mas é nítido que o professor demonstra poder sobre o aluno, principalmente, quando o professor Jefferson diz: “[...] *a minha postura é de colocar cada um no seu lugar [...]*”. E diante dessa fala, abre-se espaço para o terceiro ponto de discussão: qual é o *lugar do aluno* na escola.

De acordo com Silva e Matencio (2005), o meio escolar permite distinguir os sujeitos a partir de suas identidades sociais: professor, aluno. Nesse sentido, como exemplo, as autoras descrevem que o lugar do professor tende a ser o orador, aquele que transmite o saber, cabendo a ele o poder de dar a aula. Segundo Langhi (2004, p. 114) “[...] considera-se o professor [...] aquele que possui o saber e está na escola para ensinar, enquanto o aluno é aquele que não sabe e está na escola para aprender, não possuindo maturidade suficiente para decidir o que lhe interessa, por isso, alguém decide por ele o que deve aprender [...]”.

Porém, uma estudante de 13 anos de idade, escreveu um “Diário de Classe” em uma rede social, via internet, tendo como iniciativa reclamar de sua escola. A repercussão desse ato leva-se a pensar sobre o falta da escuta ao aluno na escola, deixando a entender que escutar o aluno não se trata apenas de atendê-lo, mas no sentido de que os adolescentes podem e devem ter voz e participação ativa no processo escolar. Outra questão pertinente, é o sistema atual das práticas pedagógicas, dando a entender o poder que ainda está na superioridade do adulto para resolução de conflitos escolares (SAYÃO, 2012).

Diante desses dados compreende-se que o aluno não possui um lugar ativo na escola, sendo assim, cabe a ele apenas aprender o conteúdo exposto pelos professores, o que dá a conotação de que o *lugar do aluno* é o *lugar do sem-lugar*, ou seja, ele não tem um espaço para expressar o que pensa, e assim é colocado a agir conforme os professores dizem que dever agir, como enfatizado acima, pelo professor Jefferson.

Mas o fato do aluno não ser escutado não significa que ele não fale, segundo Koehler (2005), o modelo de escola, onde os alunos con-

sentiam calados ao que lhes eram ordenados, foi alterado. A professora Mariana, consegue exemplificar isso, com a seguinte fala:

[...] [a forma] como o meu professor lidava comigo é assim, do jeito que você disse [humilhando] [...] e a gente acatava, ficava quieto [...] naquela geração [de professores antigos], isso era normal, [...] nós aceitávamos, aceitávamos da melhor forma possível, quer dizer, da melhor forma não, você tinha que ficar com aquilo embutido dentro de você, hoje em dia o adolescente não, se você fizer isso com o adolescente ele vai... se expor.

A colunista Sayão (2012) cita o exemplo de uma menina que teve que fazer uma viagem repentina e não pôde entregar um trabalho escolar, ao pedir a professora se podia entregar no dia seguinte, “A professora não quis aceitar o trabalho e ainda respondeu ao pedido da menina fazendo um comentário irônico, que insinuava o caráter ‘providencial’ daquela viagem familiar” (SAYÃO, 2012, não paginado). Mas, segundo a mesma autora, quando a mãe foi à escola, e disse o mesmo que sua filha já havia dito, a professora aceitou o trabalho.

Nesse ponto, entendemos que é o adulto que sabe o que é melhor para a criança/adolescente, sendo assim, por mais que o aluno se expresse ou se expõe ele não é ouvido, é necessário que alguém que saiba o que é melhor para ele, fale por ele.

Considerando as falas mencionadas, frente às afirmações teóricas, compreende que houve mudanças nas infâncias/adolescências. De acordo com Salles (2005), ao longo dos anos houve mudanças sociais que refletiram na forma em como as crianças/adolescentes são vistos. A relação pais-filhos se transformou, não há uma autoridade específica por parte dos pais, as crianças/adolescentes reivindicam pelo atendimento de suas vontades, há mais diálogos entre pais e filhos, emergindo uma relação de amizade entre eles. E diante desses fatores, a autora explica que as relações de poder entre pais e filhos estão cada vez menos hierarquizadas.

Podemos compreender que as crianças/adolescentes passaram a ter uma escuta em casa, mas apesar das mudanças sociais e de inter-relacionamento ocorridos ao longo dos anos, as escolas ainda permanecem retrógradas, onde o poder permanece centrado no professor, cabe a ele ser autoridade em sala, de decidir o que é melhor para o aluno, como descri-

to acima, tende a reproduzir os comportamentos dos *professores antigos* com os *novos alunos*.

Segundo Salles (2005), atualmente os indivíduos vivem em meio à comunicação intermediada pela máquina e a realidade virtual. As infâncias e as adolescências “[...] é construída hoje numa cultura caracterizada pela existência de uma indústria da informação, de bens culturais, de lazer e de consumo onde a ênfase está no presente, na velocidade, no cotidiano, no aqui e no agora, e na busca do prazer imediato [...]” (SALLES, 2005, p. 35). A autora diz que os pais e professores já não possuem controle total das informações acessadas pelos menores, sendo assim, as infâncias/adolescências possuem maior liberdade e autonomia.

Compreendemos que os alunos possuem conhecimento de que têm direitos, e que tratá-los com arbitrariedade já não traz resultados satisfatórios, pois como exemplificado acima, por meio do “Diário de Classe”, a aluna de treze anos conseguiu se fazer ouvir por outros adultos, que contribuíram para dar eco a sua voz. Sendo assim, Koehler (2005) reforça que as dificuldades da profissão podem refletir nas práticas pedagógicas, podendo surgir conflitos por meio do uso da autoridade, e no excesso das relações irregulares de poder.

Essa dificuldade pode estar relacionada com as infâncias/adolescências mais ativas da era da informação, que reivindicam direitos e que já não aceitam caladas tudo que lhes ordenam. Longhi (2004) descreve que o discurso pedagógico funciona dessa forma: o professor ensina e o aluno tem que aprender, caracterizando-se o uso da aula expositiva, onde o professor passa os conteúdos e os alunos devem absorvê-los. Como exemplo, temos o professor Tadeu. O sujeito diz que precisa de silêncio para que possa dar aula, os alunos devem escutá-lo para que possa ensinar: “[...] *não tenho como explicar o iluminismo kantiano com alunos conversando [...] a exclusividade da atenção, ela tem que ser dirigida ao conteúdo e ao professor que ministra o conteúdo naquele momento [...]*”.

Considerando essa prática como defesa, que resulta em humilhação, o professor Tadeu explicou que em algumas turmas, ele consegue explicar seu conteúdo, pois os alunos o reconhecem enquanto autoridade em sala, sem que seja necessário impor-lhes. Mas quando isso não ocorre:

[...] quando você fala em turmas que não reconhecem, ou que estão num processo de testar ***até que ponto você manda,***

você... pelo menos eu sinto a obrigação de **estabelecer o espaço que** eu tenho que ter dentro da sala e qual o **aluno tem que ter**. Que não seria nem tanto a humilhação né, mas quando você invade o espaço do outro você está desrespeitando, e... pelo menos eu tento achar um caminho, tento achar outro, mas normalmente o caminho que mais funciona é o caminho de uma violência mesmo... uma violência de impor mesmo [...] [o professor] passou a ser uma postura de autoritarismo, de humilhação, de vergonha, **mas é uma defesa pessoal** [...].

Dessa forma, pelo *diminuir do outro* o professor estabelece qual é o lugar do professor e qual é o *lugar do aluno*, usando do *poder* que possui em sala de aula, sendo ele legítimo, de coerção e de conhecimento, cabendo a ele transmitir o saber, o saber que o aluno não possui e que cabe “apenas” ao professor passá-lo. Sendo assim, o professor mostra ao aluno que ele é ouvinte e deve permanecer em silêncio, para que possa aprender o mínimo que lhe oferecido, como dito acima, o professor dita ao aluno o que é melhor para ele aprender.

[...] às vezes a minha prática, até mesmo de humilhação, é assim: eu preciso que você **fique quieto para ouvir** a minha matéria, você pode me odiar, você pode não gostar de mim, mas **você precisa passar de ano** e para você passar de ano, você precisa aprender isso aqui, se você vai utilizar isso na sua vida, eu não tenho como prever [...], mas você não está aprendendo muita coisa não, você está na educação básica, então **você está aprendendo só o básico**, para se você precisar, algum dia, prosseguir. E **o básico precisa ser aprendido aqui** [...] (Tadeu).

Diante disso, entende-se que a humilhação pode estar sendo evitada, mas ainda não está extinta do contexto escolar, que apesar das transformações sociais permanece paradoxal a elas, ou seja, as relações de poderes mudaram, mas escolas ainda permanecem hierarquizadas. Diante dessas mudanças sociais, observa-se novas infâncias/adolescências que apesar do medo de envergonha-se e ser humilhadas buscam se expressar, porém percebe-se que os professores ainda estabelecem limites e impõem a sua autoridade em sala de aula, limitando o lugar do aluno, não reconhecendo ou não compreendendo a autonomia e liberdade das adolescências

atuais.

## **b) Vergonha: moralidade, honra e ética profissional**

Como visto acima, a prática de humilhações pode ser utilizada como método pedagógico, e a vítima pode envergonhar-se pela humilhação recebida. Dessa forma foi investigado como os professores percebem os efeitos do sentimento de *vergonha* provocado pela humilhação praticada pelos professores.

Segundo Harkot-De-La-Taille (1996 apud, ARAÚJO, 2003), a vergonha ocorre tanto pela inferioridade, quanto pela exposição. O mesmo autor diz ainda que, a vergonha pode ser positiva e negativa, assim o sujeito pode sentir-se envergonhado por receber um elogio, ou por receber um insulto. No contexto escolar, a vergonha pode ser sentida quando o professor rebaixa o aluno e/ou quando o aluno faz uma apresentação em sala de aula, por exemplo.

De acordo com Alencar e La Taille (2007), há uma diferença sutil entre humilhação e vergonha, a primeira ocorre pela inferiorização, mas a vítima não aceita a má imagem de si; já a vergonha ocorre quando o sujeito se sente inferiorizado e aceita a má imagem, pois quem o envergonhou é alguém legitimado; porém, quando o sujeito sente-se inferiorizado discordando de sua má imagem, mas legitima o olhar negativo do outro, somam-se os sentimentos: humilhação e vergonha.

De acordo com Harkot-De-La-Taille (1999 apud ALENCAR; LA TAILLE, 2007), há seis conceitos sobre a relação entre vergonha e humilhação. Assim sendo, os autores dizem que a vergonha e/ou humilhação podem ser: a) *evidente*; b) de *condição*; c) de *imposição*; d) de *fracasso*; e) de *contágio*; f) *falta moral*. E para demonstrar alguns desses conceitos, serão relatados exemplos encontrados nas falas dos docentes.

De acordo com os autores, o conceito de *evidência* se faz presente quando alguém fica exposto, como em um caso citado pelo professor Tadeu, onde ele explica que há uma normativa onde todos os alunos devem ir uniformizados para escola, sendo proibido o uso de roupas curtas. Em uma de suas aulas, o docente relatou que chamou a atenção de uma aluna que estava com roupa curta e a garota o revidou:

[...]’É, professor, mas se está curta é porque você está olhando,

como você sabe que está curto sem estar olhando'. Aí um menino falou assim: 'Mas o que está na vitrine, está à mostra, está na promoção é para ser visto, não é? [...]'. E aí assim, a menina ficou ofendida com essa fala, diz que eu [professor] a fiz passar por vexame na sala [...] (Tadeu).

Ao disciplinar a aluna na frente dos demais, mesmo cumprindo uma norma da instituição, gerou uma situação evidente de vergonha/humilhação, pois expôs a aluna perante a sala. Contudo, em sua fala o sujeito não interpretou sua intervenção como humilhante.

Alencar e La Taille (2007) relatam que o segundo conteúdo, *condição*, é assim denominado, quando o sentir-se envergonhado e/ou humilhado estiver ligado à sua origem ou condição social, como exemplificado pelo docente “[...] se a criança mora no sítio, numa área rural, vamos dizer assim, e ela vai pra escola, ela se sente com vergonha dos outros e os outros podem humilhá-la” (Jefferson).

Nesse caso, o professor que relata que a condição de moradia faz com que o sujeito se sinta inferiorizado pelos demais, e os outros podem usar dessa condição para rebaixar o aluno. Nesse caso, morar em ambiente rural pode tanto causar vergonha/humilhação por *condição*, quanto pode gerar espaço para o terceiro conceito, o de *impotência*, que ocorre quando há uma imposição ao sujeito e as circunstâncias lhe pareçam irreparáveis, que pode acontecer em “[...] casos de privação de afeto, tortura, espancamento [...] preconceito de um grupo sociocultural [...]”, entre outras situações (ALENCAR; LA TAILLE, 2007, p. 223).

De acordo com Alencar e La Taille (2007), a vergonha e/ou a humilhação no sentido de *fracasso*, é caracterizada pelos autores pelo abandono dos mais variados projetos. Sobre a vergonha e/ou humilhação de *contágio*, que se caracteriza pelo fato de o sentimento estar baseado no outro, assim, um indivíduo sente humilhação e/ou vergonha pela humilhação e/ou vergonha atribuída ao outro. A que se refere à *falta moral*, para os autores, ocorre quando o sujeito atribui a si a responsabilidade pela falha moral. Uma das perguntas da entrevista questionava qual percepção de vergonha que o professor possuía: “A minha percepção? É algo vergonhoso [...]” (Jefferson).

Diante disso pode-se subentender que “[vergonha] é vergonhoso” para esse docente o ato de *fazer passar vergonha* é algo para se en-

vergonhar. Porém, o sujeito só sentirá vergonha, se ele possuir o valor – nesse caso, de que não se deve fazer os alunos passarem vergonha. Dando sequência ao caso relatado acima pelo professor Tadeu, o sujeito disse que também se sentiu envergonhado diante do ocorrido com a aluna “[...] eu de fato fiquei com vergonha ao mesmo tempo, pelo fato de eu ter chamado [a atenção] e ela ter me respondido dessa forma, porque ela me colocou numa situação de exposição mesmo, né [...]”. Nesse sentido, o docente se envergonhou, não por atribuir como valor moral, que é incorreto expor um aluno, mas porque ele também se sentiu exposto pela resposta que a aluna havia dado, sendo assim houve vergonha pela *evidência* e não pela *falta moral*.

Segundo Araújo (2003), a vergonha e a moralidade podem se relacionar, uma vez que esses dois conceitos podem atrelar-se a metas, normas e à humilhação. O autor diz que violar ou contrariar valores morais, podem fazer manifestar o sentimento de vergonha ou se vincular a infração dessas regras, podendo se caracterizar como vergonha moral. Podemos considerar que o professor que *diminui* o lugar do aluno, frente ao *poder* que lhe é concedido atinge a moral de seu aluno. Como já visto, as novas adolescências possuem autonomia e liberdade de expressão, ao rebaixar tais valores o professor está desprezando os valores de seus alunos e conforme dito por La Taille (1996) a superioridade conduz ao rebaixamento moral.

Como citado acima, no exemplo de vergonha por evidência, alguns professores relacionam a vergonha de acordo com os conceitos de vergonha por exposição. Dessa forma, será analisado as percepções de vergonha de acordo com os entrevistados:

[...] esse fato de ser visto, de ser exposto, é sempre motivo de vergonha. Poder ser uma exposição positiva, pode ser uma exposição negativa, mas sempre o fato de ser visto e mostrado ao outro... pelo menos está claro que está sendo visto, sabe, assim, é uma sensação de vergonha, você é objeto dos olhos dos outros, seja no ponto positivo, seja no ponto negativo (Tadeu).

Apesar do sujeito citar o olhar do outro, como sendo o causador da vergonha, ele não citou sobre a importância que esse olhar tem sobre o outro, ou seja, a legitimidade do outro, pois para ele a vergonha consiste

em apenas ser visto, e não ser visto por alguém que o sujeito valoriza, como explicado por Araújo (2001; 2003). Porém, um professor relacionou a vergonha com o aspecto de inferioridade: “[...] *É algo vergonhoso, algo que faz com que a pessoa se diminua diante da outra*” (Jefferson).

Esse docente, além de ter relacionado a vergonha com a humilhação, também citou o *diminuir*, que como foi visto, pode-se caracterizar pelo assédio moral (COLETA; MIRANDA, 2003; FREITAS, 2001; GUIMARÃES; FARIA; FERREIRA, 2010). Porém, apesar de associarem a vergonha com a humilhação, nenhum professor mencionou relação com a honra.

“Eu acho que vergonha é... [...] pensa bem, como você vai se dirigir ao aluno, se você vai questionar, fazer uma pergunta para ele, é... até que ponto ele vai saber ou não, para que ele não se sinta, aí sim, humilhado perante toda a sala” (Mariana).

“[...] Se a pessoa [aluno] for convidada para apresentar um conteúdo e os outros ficarem vaiando, [...] vai deixar ele mais envergonhado, mais humilhado [...]” (Cornélio).

“[...] tem aluno que [...] ele fica com vergonha da humilhação que ele tá passando, então eu acho que tem muito a ver uma coisa com a outra, né? [...]” (Inês).

Como visto nas falas, os docentes não mencionaram que exista relação da vergonha/humilhação com a honra. Sendo assim, os professores não reconhecem que diminuir o outro significa diminuir seus valores internos e externos, ou seja, uma diminuição da honra.

Isso pode ter ocorrido, devido ao fato dos professores, muitas vezes, relacionar a prática de humilhação como reação à indisciplina, nesse sentido indisciplina não é uma boa conduta. Logo a prática da humilhação tem o intuito de gerar o bom comportamento e diminuir o mal, ou seja, nos casos exemplificados acima, fica claro que a intenção da humilhação era fazer com que o aluno obedecesse ao professor: “[...] *eu de fato estava mandando a guria para fora, porque estava com roupa curta, porque não podia ficar na sala [...]*” (Tadeu).

Segundo Koehler (2004), diz que o docente ainda encontra dificuldade de reconhecer algumas violências, ainda presentes na própria prática. De acordo com a fala dos professores:

“[...] *Ele [professor] não deveria fazer isso, pois talvez a pessoa*

*pode estar fazendo em um momento ‘sem querer’, em um momento de raiva ou algo assim, mas depois ele deveria se conscientizar e ver que não agiu corretamente” (Cornélio).*

*“[...] então se a gente [professor] é grosso com o aluno, [o aluno] é grosso com a gente, e com direito de ser grosso, né. Então a gente tem que para, e se observar, mas na prática ali [...] fica mais difícil” (Tadeu).*

Podemos observar que os professores, no momento da prática, não tem a compreensão de que suas intervenções podem ter repercussões negativas; e sendo assim, diminuir o lugar do aluno é apenas uma forma de mostrar quem manda e quem obedece. É importante ressaltar que os sujeitos entrevistados ainda entendem a prática pedagógica em termos de mandar e obedecer. Ou seja, não foi percebido que a *prática de humilhação e fazer passar vergonha*, para os docentes, podem causar o rebaixamento da moral e da honra dos alunos. Apesar de perceber no discurso dos mesmos, que a prática está cada vez mais em desuso e que também pode ferir a ética profissional, ou seja, não é uma conduta adequada para se usar em sala.

De acordo com Valls (2008), a ética é uma ciência especulativa e descritiva, pois busca investigar teoricamente muitos problemas e procura conhecer os costumes das diferentes épocas e dos diferentes lugares, conduzindo à percepção de que não são apenas os costumes que mudam, mas os valores morais também. A ética não estabelece normas, portanto, as atitudes corretas são aquelas adequadas de acordo com os costumes vigentes do momento.

Segundo Araújo (2001, p. 10) “Para muita gente, os professores agem corretamente, dentro de seu papel de educadores morais, quando fazem com que os ‘pequenos selvagens’ de sua sala de aula sintam o peso da vergonha e da humilhação pública, para que aprendam a comportar-se moralmente”.

Analisando as percepções do sujeito, vinculando com que foi supradito, pode-se compreender que práticas de humilhação/vergonha não são condenadas, mas ao mesmo tempo são negadas, segundo a professora Inês:

[...] [se] conversa com ele [aluno] de igual para igual, você tem um resultado mais eficiente do que você humilhar o aluno

na frente dos outros, não digo assim, *às vezes, você dá uma bronca na sala, coletivo assim, aí surte alguns efeitos*, mas quando é um aluno em particular, eu acho que se chamar a atenção dele na frente dos outros, humilhar ele, você não vai obter resultados, muito pelo contrário, vai ser mais agressão ainda, mais humilhante ainda.

Podemos entender, que uma bronca coletiva não tem caráter humilhante, mas corrigir apenas um aluno na frente dos demais pode ocorrer humilhação. Dessa maneira é possível dizer que o fato dos professores não perceberem que as práticas de humilhação podem ferir a moral/honra, pode estar vinculado à maneira com eles interpretam o que são práticas de humilhação/vergonha, pois como dito por Araújo (2001), muita gente acredita na eficácia da prática, e assim a mesma não é condenada, dessa forma punir a sala por mal comportamento não é tida como humilhante.

Porém, quando há uma prática explícita de vergonha/humilhação, ou seja, quando é perceptível que houve uma prática abusiva pelo professor, aí ela é considerada como antiética, ou seja, como fora dos padrões morais. Quando os professores foram interrogados sobre uma situação onde um professor estava realizando a entrega de trabalhos em sala de aula, e ao se deparar com determinado trabalho disse: “*Quem fumou maconha e escreveu esse trabalho?*”. Algumas respostas foram:

“[...] isso aí é colocar a criança em situação de constrangimento, passível de processo inclusive, por parte dos pais [...] [pois] Houve uma violação do direito da criança, de não ser colocada em ridículo diante dos colegas” (Jefferson).

“É complicado, [...] dependendo do aluno, ele [professor] pode até receber um processo sobre isso, então se ele não ganhou isso ainda, então ele tem agradecer” (Mariana).

Ou seja, diante de uma situação explícita de humilhação, os professores reconhecem o ato, inclusive como ilegal. E isso que pode ser caracterizado como antiético, como algo considerado agressivo e prejudicial. Quando foram indagados se a humilhação fere a ética profissional, as respostas dos docentes foram:

“Totalmente. Eu acho que existem formas de você chegar num aluno, mesmo caminhos diferentes, para você chegar a um resultado (Mariana)”.

“Ah, fere né, como fere [...] se você tratar o aluno bem, o rendimento vai ser bem melhor, do que se você tratar ele, é... humilhando ele, se você humilhar o aluno, você não vai conseguir nada dele, muito pelo contrário, cada dia ele vai decaindo mais” (Inês).

“Com certeza. Atrapalha todo o trabalho do professor, faz o aluno diminuir sua aprendizagem [...] A autoridade do professor é para manter o respeito na sala de aula, a ética moral e tudo mais” (Jefferson).

Mas, o professor Tadeu apresentou uma fala diferente para a mesma pergunta:

Não dá para responder: fere ou não fere, depende da situação. Porque tem situações que é... A questão da humilhação para mim é sempre o caso da vítima, e às vezes, dentro do contexto escola, como nós só trabalhamos com menores, né. Às vezes há uma inversão, dentro da interpretação de quem é a vítima, [...]o professor pode ser vítima de humilhação dentro da sala de aula, e o professor é autoridade, uma autoridade que foi humilhada, né. Então aí, às vezes, ele excede; nesse sentido, e ele de vítima passa a réu, porque ele humilhou o réu [...].

Ou seja, mais uma vez se destaca as relações de poder em sala de aula, as *novas adolescências* e a *relação de mandar e obedecer* nas escolas. As novas adolescências através da autonomia e liberdade adquiridas buscam uma relação igualitária, muitas vezes enfrentando e humilhando os professores, os docentes que recebem o poder legítimo encontram dificuldade em estabelecer uma relação que não seja de hierarquizada, ou seja, que não haja uma autoridade que manda e os alunos que obedecem.

Por fim, pode se perceber que os valores morais a serem considerados nas escolas, são os dos professores, dos adultos. Sendo desconsiderados que humilhações e vergonhas sentidas pelos alunos possam afetar a moral e a honra desses sujeitos. Dessa forma, pode se considerar a humilhação de uma forma permitida e não permitida, ou seja, aquela que ainda se faz presente nas escolas, e que é desconsiderada ou não assumida como tal e aquela julgada como inapropriada e que pode ocasionar problemas éticos para os professores.

## Considerações finais

Podemos perceber que na percepção do fenômeno da vergonha e humilhação há uma ambiguidade de sentidos atribuídos pelos docentes, porém o fenômeno ainda está presente em práticas existentes nas escolas, tendo como justificativas o disciplinamento escolar. Pode ser observado que no contexto escolar ainda existem relações hierarquizadas, o que ocasiona a dificuldade de atuação para os professores, pois os alunos estão vivendo em uma era de liberdade e autonomia. E, nas famílias, o poder nas relações está se tornando mais recíprocos. Porém as escolas ainda atuam de forma paradoxal, atribuindo o poder autoritário ao adulto, e assim, podemos perceber que no meio escolar, baseado em uma relação em que a centralidade do poder está no adulto, ainda existem dificuldades para compreender e se relacionar com os novos alunos.

Nas entrevistas pode-se perceber que os professores, na sua maioria, têm conhecimento que humilhação é algo que fere a ética profissional e que, portanto, não deve ser usada como estratégia pedagógica. Todavia, não costumam repreender aqueles que a usam, uma vez que, segundo eles – em determinados momentos – ela se faz necessária. Partindo deste pressuposto, podemos observar que, embora considerada arcaica pelos docentes, a humilhação ainda está presente e justificada dentro das salas de aula. Podemos considerar que há professores que reproduzem essas práticas atualmente, utilizando a autoridade, muitas vezes junto da coerção para demonstrar poder em sala de aula, caracterizando as relações irregulares entre professor-aluno.

Podemos observar nos discursos dos professores uma compreensão de que os alunos atuais são diferentes dos alunos passados. As novas adolescências encontram-se mais autônomas e livres, mas não são ouvidas pela escola, permanecendo o adulto como porta-voz do adolescente; e, nesse contexto, aparecem práticas que vão diminuindo o lugar do aluno.

Os docentes não relacionam a humilhação como ataque a honra, mas sim com o sentimento de vergonha. Consideraram a prática como algo que fere a ética profissional, mas não reconhecem que algumas práticas disciplinares podem rebaixar o aluno.

Outra questão, problematiza a vergonha como consequência da humilhação, relacionando as práticas com a moralidade, a honra e a éti-

ca docente. Sendo assim, pode-se observar que apesar de recriminada, a prática não é condenada, visto que práticas disciplinares são consideradas merecedoras. Assim, na percepção dos professores pesquisados humilhar e fazer passar vergonha pode ser considerado correto e, por isso, os professores não veem que certas práticas disciplinares podem humilhar/envergonhar, sendo assim, o que eles consideram que fere a ética são práticas abusivas, explícitas, ou seja, práticas que são nitidamente humilhantes.

Apesar da relevância da pesquisa sobre o fenômeno da humilhação, os autores Alencar e La Taille (2007), revelam que a humilhação é um tema pouco abordado e alguns estudos, na área da psicologia, estão mais direcionados para o sentimento de vergonha, que é uma das consequências da humilhação. Dessa maneira, podemos destacar a importância de se continuar pesquisando as posturas docentes frente a situações disciplinares e a compreensão do fenômeno da indisciplina. Visto que, assim como as adolescências mudaram no decorrer dos anos, os atos considerados como indisciplinas e as formas de lidar com eles também.

Por fim, nessa pesquisa pôde-se perceber que os professores não se percebem como praticantes de humilhação/vergonha, não associam o fenômeno da humilhação com conceito de honra do sujeito, mas a associam com a vergonha e como algo que fere a ética profissional. As escolas permanecem hierarquizadas, prevalecendo a centralidade da autoridade do professor e isso aponta para as dificuldades de se compreender qual é o lugar que o aluno ocupa na escola.

## Referências

ALENCAR, H. M.; LA TAILLE, Y. Humilhação: o desrespeito no rebaixamento moral. **Arquivos brasileiros de psicologia**. Rio de Janeiro, v. 59, n. 2, dez. 2007.

ARAÚJO, U. F. Ética docente: vergonha e humilhação. **Revista Profissão Docente**, Uberaba, v. 1, n. 1, p. 1 -13, jan./abr. 2001.

\_\_\_\_\_. O sentimento de vergonha como um regulador moral. **Revista Vertentes**, Assis, v. 6. p. 59-68, 2003.

ANDRADE, A. N. **Vozes do silêncio**: juízos morais de jovens e adultos surdos sobre situações de humilhação. 2006. 242 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

COLETA, J. A. D.; MIRANDA, H. C. N. Rebaixamento cognitivo, a agressão verbal e outros constrangimentos e humilhações: o assédio moral na educação superior. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 26, 2003, Poços de Caldas. **Anais...** Poços de Caldas: ANPED; 2003. p. 1-12.

CORTESE, B. P. Vergonha e práticas avaliativas. **Estudos em avaliação educacional**. v. 17, n. 34, p. 95-128, maio/ago. 2006.

FREITAS, M. E. Assédio moral e assédio sexual: faces do poder perverso nas organizações. **Revista administração de empresas**, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 8-19 jun. 2001.

GUARESCHI, P. A. Relações comunitárias relações de dominação. In: CAMPOS, R. H. F. de (Org.). **Psicologia social comunitária**: da solidariedade à autonomia. Petrópolis: Vozes, 1996.

GUIMARÃES, L. V. M.; FARIA, R. C. V.; FERREIRA, D. T. B. Sala de aula e perversão: uma análise psicanalítica acerca da relação professor x aluno. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 34, 2010. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, p. 1-10.

KOEHLER, S. M. F. Violência psicológica: um estudo do fenômeno na relação professor-aluno. In: CONGRESSO INTERNACIONAL LA NUEVA ALFABETIZACIÓN: UM RETO PARA LA EDUCACIÓN DEL SIGLO XXI, 2004, Madrid. **Congresso...** Madrid: Centro de Enseñanza superior en humanidades y ciencias de la educación, 2004. p. 1-13.

\_\_\_\_\_. Violências nas escolas: a mediação do professor. In: **DEBATE**: violência, mediação e convivência na escola. Programa Salto para o

futuro: TVE Brasil/ MEC. p. 32-43, nov. 2005.

LA TAILLE, Y. Os conceitos de humilhação em crianças de 7 e 12 anos de idade. In: TRINDADE, Z. A.; CAMINO, C. **Cognição social e juízo moral**. Rio de Janeiro: ANPEPP, 1996.

\_\_\_\_\_. O sentimento de vergonha e suas relações com a moralidade. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 13-25, 2002.

LANGHI, R. **Um estudo exploratório para a inserção da astronomia na formação de professores dos anos iniciais do ensino fundamental**. 2004. 240 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências, Bauru, 2004.

MOSCOVICI, F. **Desenvolvimento interpessoal**: treinamento em grupo. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2000.

PRATA, M. R. S. A produção da subjetividade e as relações de poder na escola: uma reflexão sobre a sociedade disciplinar na configuração social da atualidade. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 28, abr. 2005.

SALLES, L. M. F. Infância e adolescência na sociedade contemporânea: alguns apontamentos. **Estudos de Psicologia**, Campinas v. 22, n. 1, p. 33-41, jan./mar. 2005.

SANTOS, L. P. R. **O papel do professor diante do bullying na sala de Aula**. 2007. 56 f. Projeto de Pesquisa (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências, Bauru, 2007.

SAYÃO, R. Escolas surdas. **Folha de São Paulo**, 18 set. 2012, Colunistas.

SILVA, J. Q. G.; MATENCIO, M. L. M. Referência pessoal e jogo interlocutivo: efeitos identitários. In: KLEIMAN, A.; MATENCIO, M. L. M. (Orgs.). **Letramento e formação do professor**. Campinas: Mercado de Letras, 2005.

TRAGTENBERG, M. Relações de poder na escola. **Lua Nova**, São Paulo, v. 1, n. 4, mar. 1985.

VALLS, A. L. M. **O que é ética**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

---

Recebido em / Received on / Recibido en 06/09/2011  
Aceito em / Accepted on / Acepto en 17/09/2012